

DIÁLOGOS SOBRE GÊNERO E EDUCAÇÃO: UMA PROJEÇÃO IDEOLÓGICA E SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE

Zora Yonara Torres Costa

Resumo: Este estudo pretende estabelecer uma discussão sobre a ideologia de gênero na contemporaneidade. Igualmente compreender como o discurso conservador na atualidade se destaca em meio aos desafios para a política pública de educação. Procura, ainda, responder a pergunta central acerca do debate sobre ideologia de gênero no espaço educacional. Também estabelecer o debate sobre a ideologia, gênero e a ordem do discurso presente na sociedade, por meio de uma análise sócio histórica sobre as implicações da neutralidade no ambiente escolar. Este tema será abordado no intuito de construir por meio de conceitos algumas reflexões sobre as crenças e paradigmas que envolvem a categoria gênero numa sociedade capitalista, que abriga em seu conjunto formas de opressão que contribuem negativamente para o avanço de direitos e conquistas sociais. A metodologia utilizada neste estudo foi à bibliográfica e exploratória, proporcionando o contato mais próximo com a questão-problema para a elaboração crítica-reflexiva no que se refere a gênero e educação. Assim a centralidade deste estudo é considerar os aspectos e elementos que se relacionam frente à ideologia de gênero tão debatida na atualidade. Por fim, destaca-se que o pensamento de Marx e Engels certamente contribuiu para o desvelamento sobre a opressão das mulheres, criando caminhos promissores para o debate contemporâneo. No livro *A Origem da Família da Propriedade Privada e do Estado*, datado de 1884, os pensadores percorrem um caminho próprio, utilizando o termo opressão, este que denomina o estado de submissão de um ser sobre outro.

Palavras-Chave: Gênero; Educação; Ideologia; Discurso; Serviço social.

Abstract: *This study aims to establish a discussion of the gender ideology in contemporary times. Also understand how the conservative discourse today stands among the challenges for public policy education. Search still answer the central question of the debate on gender ideology in the educational space. Also set the debate about ideology, gender and order of this discourse in society, through a historical partner analysis on the implications of neutrality in the school environment. This issue will be addressed in order to build through concepts some reflections on the beliefs and paradigms involving gender category in a capitalist society, which houses a whole forms of oppression that negatively contribute to the advancement of social rights and achievements. The methodology used in this study was to bibliographic and exploratory, provided the closest contact with the question-problem for developing critical-reflective with regard to gender and education. Thus the centrality of this study is to consider the aspects and elements that relate to the opposite gender ideology as discussed today. Finally, it is emphasized that the thought of Marx and Engels certainly contributed to the unveiling of the oppression of women, creating promising avenues for the contemporary debate. In the book *The Origin of the Family*, dated 1884, the thinkers run its own way, using the term oppression, this styling state of submission of one being over another.*

Keywords: *Gender; Education; Ideology; Speech; Social work.*

Introdução

Compreender os signos ideológicos e o discurso contemporâneo sobre a questão que envolve gênero na Educação se tornou um desafio. O diálogo sobre este tema se tornou relevante ao se pensar nos processos de desigualdade social e econômica das mulheres no Brasil. Dados revelam que o feminicídio, entre 2000 e 2010, atingiu mais de 50 mil mulheres (Waiselfisz, 2012: 8). Nestes termos, como a atual *ordem do discurso* (Foucault, 1996) sobre o debate da ideologia de gênero no espaço educacional pode ser negado? Também como sustentar a proposta de uma educação neutra implementada em alguns Estados e Municípios? Discutir gênero é essencial para uma sociedade mais justa e equânime.

Neste sentido é possível verificar a sustentação de algumas linhas políticas extremistas que defendem a neutralidade, amparadas por uma linguagem de proibições quando o tema é gênero. A categoria analítica gênero, reúne no contexto atual “A percepção de que gênero não é apenas uma questão da mulher, mas da sociedade (...)” (Bezerra e Veloso, 2015:172), demonstra a importância do debate e a intervenção assertiva na situação de subalternização que foi relegada às mulheres na sociedade capitalista, e, as relações sociais de exploração estabelecidas, incluindo também classe e raça-etnia.

A metodologia abordada durante este estudo seguiu o rigor estabelecido no levantamento de dados bibliográficos e exploratório utilizando de livros, artigos, revistas e imprensa. Pesquisou-se o material de maneira a verificar o que foi publicado neste tema, apoiando assim o trabalho com dados e informações sobre o tema. Destaca-se que a análise dos dados ocorrerá de maneira qualitativa e quantitativa. A pesquisa qualitativa terá como prisma da análise dialética uma “consciência crítica possível” (MINAYO & SANCHES, 1993, p. 244).

Numa palavra: o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto. Alcançando a essência do objeto, isto é: capturando a sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, (...). (NETTO, 2009:674).

A ética na pesquisa é essencial para o trabalho científico. Com princípios que devem envolver elementos do início até as considerações finais. Exposta as ideias centrais deste estudo, registrar-se aqui que a finalidade deste trabalho consiste em ampliar o debate sobre gênero e educação na contemporaneidade.

Projeção sobre a condição humana das mulheres

Atentar-se de que tratar a história como natural é uma estratégia de poder, na obra *Memórias de uma moça bem comportada*, há uma reflexão acerca da verdade estabelecida sobre a condição humana das mulheres, “A verdade de meu ser pertencia-lhes ainda, tanto quanto a mim; mas paradoxalmente, minha verdade neles podia não passar de um engano, podia ser falsa”. (BEAUVOIR, 1959:101).

Essa afirmação expressa, portanto, as contradições presentes e também a naturalização da verdade do que é ser mulher, destacam-se aqui especialmente os aspectos sociais e culturais que envolvem as mulheres em que verdades são instituídas sob a égide do poder patriarcal.

O pensamento de Marx e Engels certamente contribuiu para o desvelamento sobre a opressão das mulheres, criando caminhos promissores para o debate contemporâneo. No livro *A Origem da Família da Propriedade Privada e do Estado*, datado de 1884, os pensadores percorrem um caminho próprio, utilizando o termo opressão, este que denomina o estado de submissão de um ser sobre outro. Uma condição negativa por meio da força, implicando também em determinar o poder de uns sobre outros, de uma classe sobre outra, de um gênero sobre outros. A intenção sempre foi política para a manutenção do poder de uma classe sobre outra, de um gênero sobre outro, poder-se-ia enumerar inúmeros outros casos.

Esta prática continua nos discursos atuais, de setores conservadores que defendem que o pensamento, falas e ideias sobre gênero no espaço educacional deveriam ser impelidas. Esta linha segue a ordem discursiva opressora, com o intuito de disseminar que a fala sobre gênero promoveria a destruição da família. Diante deste contexto, se institui o *biopoder* (Foucault) - o controle sobre as questões da vida - presentes também no cenário educacional.

Butler¹ (2015) afirmou que o discurso habita o corpo e estes se confundem, e para que haja liberdade é necessário traçar outra rota, romper com o discurso normativo imposto. Numa sociedade capitalista, o corpo é objeto e se tornou uma coisa. A grande massa de corpos transita de forma alheia as questões políticas, então como ser livre numa sociedade como esta? Como se tornar um corpo político num sistema capitalista? “Gênero é um problema político e segue sendo um problema ontológico” (Butler, 2015)², neste sentido é necessário a desnaturalização, o grande desafio que envolve a sociedade, inclusive a escola, pois negar o discurso sobre gênero é também torna-lo uma coisa.

Proposições sobre gênero podem ser contrárias à fragmentação baseada na contramão dos direitos sociais conquistados. Ideologia de gênero e a *ordem do discurso* baseado em valores moralistas reacende o debate sobre gênero, em que as ideias sustentadas para a justificação da condição biológica do que é ser mulher. Há uma intensidade ideológica falseada de que *se nasce mulher*³, sem levar em conta as construções históricas, o *torna-se mulher*⁴.

O julgo patriarcal predetermina qual é o lugar das mulheres, que é o de não equidade em direitos numa sociedade mercadológica e reprodutiva que explora sua mão de obra e simplifica sua condição. Segundo Simone “Minha educação, minha cultura, e a visão da sociedade tal qual é, tudo me convencia de que as mulheres pertencem a uma casta inferior” (BEAUVOIR, 1959:134).

Prontamente algumas ideias aparecem como verdades absolutas, instrumentos de dominação que agem através de convencimento e de forma prescritiva, alienando a consciência humana no que se refere ao lugar das mulheres. Quando o ambiente educacional amplia o diálogo sobre a realidade, possibilita o fazer-político-cidadão e neste sentido promove a inclusão de gênero, promove direito e a participação social. A

¹ Seminário Queer, São Paulo, 2015.

² Seminário Queer, São Paulo, 2015.

³ BEAUVOIR, Simone. *O Segundo Sexo*, volume 2. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967, 2ª edição, pp. 9-10.

⁴ BEAUVOIR, Simone. *O Segundo Sexo*, volume 2. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967, 2ª edição, pp. 9-10.

universidade possibilita a formação para a cidadania, pois cria eventos para o desenvolvimento reflexivo sobre direitos individuais, coletivos, sociais e políticos.

Se quisermos transformar a ordem estabelecida em outra, da qual não serão removidos os perigos de autodestruição da humanidade – uma ordem que seja ao mesmo positivamente sustentável, de modo a prevenir a reprodução no futuro desses perigos sob uma outra forma -, é necessário identificar as determinações centrais do sistema atual que causaram nossas dificuldades perigosamente incontrolláveis. (MÉSZÁROS, 2004:38)

Ao estabelecer estratégias para transformar a *ordem do discurso*, por meio de diálogo profícuo sobre gênero no espaço escolar, se pretende romper com ciclos de desigualdades historicamente instituídos. Por meio do contradiscurso é que haverá uma tomada de consciência sobre o tema. Se ao contrário, for negado o diálogo sobre gênero em sala de aula, não haverá uma transformação real e cultural do que esta posto, ou seja, a realidade machista e violenta que muitas mulheres vivem diariamente. A história é testemunha de que o silêncio é munição para a continuidade dos ciclos da vulnerabilidade social e econômica.

Educação - novos desafios para uma sociedade patriarcal

O pensar sobre gênero envolve singularidades, mas em um plano concreto, na totalidade. Assim a ideologia de gênero não está deslocada da realidade, está que possui elementos de poder que se sustentam nos discursos que naturalizam o ser mulher e homem em sociedade e as relações instituídas que seguem um padrão de exclusão, conforme descrito por Engels,

A concepção tradicional conhece apenas a monogamia, ao lado da poligamia de um homem e talvez da poliandria de uma mulher, silenciando — como convém ao filisteu moralizante — sobre o fato de que na prática aquelas barreiras impostas pela sociedade oficial são tácita e inescrupulosamente transgredidas. (...) Essas modificações são de tal ordem que o círculo compreendido na união conjugal comum, e que era muito amplo em sua origem, se estreita pouco a pouco até que, por fim, abrange exclusivamente o casal isolado, que predomina hoje. (Engels, 1984: 31)

A consolidação do casal isolado é recente na história, mas a violação da condição das mulheres é uma constância desde os primórdios. O sistema capitalista sustenta relações sociais cada vez mais isoladas. Institui-se a exclusão em meio à ideologia da naturalização dos papéis bem definidos, como exemplo: ser homem é ser forte e ser mulher é ser frágil.

Todavia, nos últimos tempos esta a *ordem do discurso* percorre também outros caminhos com avanços sociais relacionados à diversidade de gênero. O Brasil passou a seguir as normas da Declaração de Beijing (1995), este instrumento político e ideológico que estabelece a educação como elemento essencial para a manutenção da justiça e igualdade de oportunidades para mulheres e homens,

A educação é um direito humano e constitui instrumento indispensável para conquistar os objetivos de igualdade, desenvolvimento e paz. A educação não discriminatória beneficia tanto as meninas quanto os meninos e, dessa forma, conduz em última instância a relações mais iguais entre mulheres e homens. A igualdade no acesso à educação e na obtenção de educação é necessária para que mais mulheres se convertam em agentes de mudança. A alfabetização das mulheres é importante para melhorar a saúde, a nutrição e a educação na família, assim como para habilitar a mulher a participar na tomada de decisões na sociedade. Está demonstrado que os investimentos na educação formal e não

formal e no treinamento das meninas e das mulheres têm um rendimento social e econômico excepcionalmente alto e são um dos melhores meios de conseguir um desenvolvimento sustentável e um crescimento econômico ao mesmo tempo sustentado e sustentável. (PEQUIM, 1995)

Outro marco importante desenvolvido no Brasil foi a aprovação da Lei Maria da Penha (1996) que fez repensar a cultura da violência intrafamiliar contra as mulheres. Em seu artigo 3º fica evidenciado que a educação é um direito,

Serão asseguradas às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1996)

Sendo assim, a educação enquanto um direito universal, não poderá ser confundido com o simples ato de ler, escrever e calcular, mas como essencial ao desenvolvimento da cidadania e da pessoa. A Lei nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB soma-se aos acordos internacionais que foram reconhecidos pelo Estado brasileiro e enfatizados no enfrentamento a toda forma de discriminação de gênero.

Por conseguinte, em destaque a Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma o direito à educação como “(...) plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos (...)”. Compreender a discussão sobre diversidade e gênero nos espaços educacionais é preciso, propiciando dados científicos para que possam produzir considerações sobre os padrões sexistas desde a introdução da linguagem de gênero (CFESS, 2011). Problematizar a o debate de gênero as universidades públicas é imprescindível para suplantar desafios.

Nesta linha de reflexão, considerou-se importante tornar visível a problematização das diferenças e desigualdades, presentes na reprodução de modelos e crenças construídos sobre as relações de gênero em diferentes contextos. (CRUZ, 2012:25).

O exercício do pensar sobre temas como a ideologia e gênero possibilita novos modos de estruturar o que está presente na totalidade. Pensar é potencialmente recriar novas formas de estar no mundo e isso inclui pensar sobre o fazer político, conforme Foucault descreveu,

O poder político, pelo menos em certas sociedades, em todo caso na nossa, pode se atribuir, e efetivamente se atribuiu, a possibilidade de transmitir seus efeitos, e muito mais que isso, de encontrar a origem dos seus efeitos num canto, que é manifestamente, explicitamente, voluntariamente desqualificado pelo ódio, pelo infame ou pelo ridículo. Afinal de contas, essa mecânica grotesca do poder, ou essa engrenagem do grotesco na mecânica do poder, e antiquíssima nas estruturas; no funcionamento político das nossas sociedades. (FOUCAULT, 2001:15)

O poder político tem seus efeitos, tanto que em 8(oito) Estados brasileiros não existe alusão ao debate sobre gênero, identidade, diversidade e condição sexual, nos planos de Educação, a categoria gênero foi excluída dos planos de alguns Estados brasileiros⁵, as escolas não podem fazer nenhuma menção sobre o tema. É preciso compromisso político e efetivação de responsabilidades compartilhadas entre o Estado e a sociedade para gerar

⁵ Acre, Paraíba, Pernambuco, Tocantins, Espírito Santo, Paraná, Rio Grande do Sul e Distrito Federal. FOLHADE SP. Acessado no site < <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/06/1647528-por-pessao-planos-de-educacao-de-8-estados-excluem-ideologia-de-genero.shtml>>. Em 23 de setembro de 2015.

impactos efetivos e permitir que se construa a práxis fomentando a reflexão gênero no espaço educacional e assim ultrapassar a coisificação do que é ser mulher e homem.

(...) as fronteiras de gênero, da mesma forma que as de classe se entrelaçam para servir a uma grande variedade de funções e análises políticas, econômicas, sociais e culturais. Os estudos de gênero nos convidam a olhar e a pensar de maneira diferente sobre nossa condição histórica e sobre a origem das desigualdades sociais. Convidamos a extrapolar fronteiras, sermos flexíveis, deixar-nos mover, captar o cotidiano e a realidade das pessoas atendidas nos espaços institucionais(...). (LISBOA, 2010:68)

Neste sentido, a ideologia e gênero faz pensar sobre a condição sócia histórica e de desigualdade entre homens e mulheres que fora instituído e tornou-se concretude na vida cotidiana. Visivelmente a especificidade gerada pelo tema gênero e diversidade aqui apresentado tem como finalidade compreender a realidade que é complexa e os aspectos circundantes que surgem nos discursos totalizantes sobre o debate de gênero no espaço escolar.

Guiraldelli e Engler enfatizam que,

(...)é mister destacar que nos últimos tempos, as categorias sexo e raça saíram do reduto biológico, considerados até então como elementos “naturais” e passam a ganhar corpo no espaço sociocultural diante de manifestações de partidos políticos, universidades, sindicatos, movimentos sociais, sejam eles feministas ou negros, dentre outros. A entrada em cena dessas instituições contribuiu, sobremaneira, para desmistificar concepções sustentadas ao longo do tempo sobre as questões racial e de gênero. O que vem ocorrendo é o desmembramento em certos estudos das categorias históricas e analíticas de gênero, raça/etnia e classe social, porém tal ação é inviável para se abranger problemáticas dessa ordem. Uma categoria não anula a outra, pois estão imbricadas. (2008:250)

Assim cabe refletir se o debate sobre gênero no espaço educacional poderia ser uma ameaça? Uma sequência de desafios e sob o escudo de uma ordem de neutralidade ideológica é que se pretende reproduzir o discurso, com instrumentos bem definidos que legitimam o sistema hierárquico e de subalternização reafirmando o patriarcado e a inexistência da diversidade de gênero, incorrendo novamente em um discurso,

(...) verificamos que a história que temos é a história dos grupos dominantes, ou seja, dos homens que escrevem sobre os homens, dos grandes feitos, dos grandes heróis, mantendo em silêncio o contingente de negros e mulheres, tidos como coadjuvantes do devir histórico. Constata-se assim que a mulher e o negro não têm história. (GUIRALDELLI E ENGLER, 2008, pg. 264)

Imprescindível que os direitos sociais sejam respeitados e isso inclui a liberdade de expressão conforme previsto na Constituição Federal. De todo modo, estudos e pesquisas sobre o debate e enfrentamento das desigualdades de gênero na sociedade são necessários para compreender a realidade. Diante do cenário em que alguns Estados defendem interesses tradicionais e se opõe ao debate sobre gênero, afeta os pressupostos do direito social, da equidade de gênero e inclusão social.

Considerações – da ideologia e gênero:

Destaca-se que o presente trabalho teve como objetivo trazer para o debate alguns elementos chave referente a gênero e educação, construindo uma linha de pensamento crítico no que se refere à proibição e negação de se falar do tema no âmbito educacional. Neutralidade acerca de qualquer tema não existe, cada ser humano tem sua posição frente

a realidade e quando se trata de gênero esta postura deve ser de cunho dialógico e relacional. A sociedade vivencia a gravidade do feminicídio e neste sentido ao não falar sobre gênero no espaço educacional é possibilitar que a violação do direito das mulheres seja intensificada, pois como reafirmar a importância da não-violência intrafamiliar sem tratar sobre o tema?

Como já mencionado durante o estudo, a Lei Maria da Penha permitiu que se falasse das relações de poder e violentas estabelecidas na família de forma a compreender que esta é uma prática cultural opressiva que necessita ser dialogada nas salas de aula, nas universidades. Diante desta afirmação se debruça sobre a categoria gênero e educação no intuito de verificar elementos para a contribuição profícua teoricamente e metodologicamente.

Por fim, para avançar cientificamente quando se trata da temática é preciso o diálogo e a reflexão no espaço educacional, novos enfrentamento e novas possibilidades podem transformar a realidade de opressões e violência historicamente instituídas.

Referências

BEAUVOIR, Simone de. **Memórias de uma moça bem comportada**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro. 1959.

BRASIL. **Diretrizes e Base da Educação**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres Presidência da República. **Pensar o Brasil para o Enfrentamento do Racismo, do Sexismo e da Lesbofobia. Relatório Final do Grupo de Trabalho para Fortalecimento das Ações de Enfrentamento ao Racismo, Sexismo e Lesbofobia no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. 2010.

_____. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres Presidência da República. **Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher - Pequim**. 1995.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. B. **Política Social: fundamentos e História**. São Paulo: Cortez, 2009.

CFESS. **Código de Ética do/a Assistente Social**. Lei 8.662/93 de Regulamentação da Profissão. 1993.

_____. **Resolução CFESS Nº 594**. Altera o Código de Ética do Assistente Social, introduzindo aperfeiçoamentos formais, gramaticais e conceituais em seu texto e garantindo a linguagem de gênero. 2011

CRUZ, Maria Helena Santana. **Refletindo sobre a identidade de gênero no campo da educação**. Saberes em Perspectiva. Jequié. v.2. n.2. p 13-32, jan/abr 2012.

DUBET. François. **O que é uma escola justa?** Cadernos de Pesquisa, v.34, n.123, p.539-555, set/dez.2004.

FAURY, Mirian. **Estudando as questões de gênero em serviço social**. Pro-Posições - vol. 14,N.1 (40)- jan./abr.2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo. Paz e Terra, (coleção especial), 1996.

- FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1. A vontade de Saber**. Ed. Graal - RJ, 1985.
- _____. **O sujeito e o poder**. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231- 249.
- _____. **Os anormais**. Ed. Martins Fontes - SP, 2001.
- _____. **Microfísica do poder**. 15a Ed. Graal - RJ, 2000.
- _____. **Vigiar e punir**. Nascimento da Prisão. Trad. Raquel Ramallete. 23a Ed. Vozes - RJ, 2000.
- GENTILI, Pablo. FRIGOTTO, Guadêncio (orgs.). **A cidadania negada: Políticas de exclusão na educação e no trabalho**. 5 ed. São Paulo, Cortez, [Buenos Aires Argentina], CLACSO, 2011.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- GUIMARÃES-IOSIF, Ranilce. **Educação, pobreza e desigualdade no Brasil**. Impedimentos para a cidadania global emancipada. Brasília, Líber Livro, 2009.
- GUIRALDELLI, Reginaldo. ENGLER, Helen Barbosa Raiz. **As categorias gênero e raça/etnia como evidências da questão social: uma reflexão no âmbito do serviço social**. Serviço Social & Realidade, Franca, v. 17, n. 1, p. 248-267, 2008.
- IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- LISBOA, Teresa Kleba. **Gênero, feminismo e Serviço Social – encontros e desencontros ao longo da história da profissão**. Rev. Katál. Florianópolis v. 13 n. 1 p. 66-75 jan./jun. 2010.
- MÉSZÁROS, István. **A Educação para além do Capital**. 2 ed. São Paulo, Boitempo, 2008.
- _____. **O poder da ideologia**. São Paulo, Boitempo, 2004.
- MINAYO, Maria Cecília de S. (org.). **Pesquisa social**. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2002, 80 p.
- _____.e SANCHES, O. (1983) **Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementaridade**. Cadernos de Saúde Pública. Rio de Janeiro, v.9, n.3, pp.239-262.
- NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social pós-64**. 15. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, adotada em 10 de dezembro de 1948.
- PEREIRA, Potyara. A. P. **Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. 6 ed. São Paulo, Cortez, 2011.
- PEREGRINO, MÔNICA. **Trajetórias desiguais: um estudo sobre o processo de escolarização pública dos jovens pobres**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
- SPINK, Peter Kevin. **Ética na pesquisa Científica**. Ver. especial ética em tempos de crise. vol.11 nº1 jan/jun 2012.
- STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. **Pesquisa Qualitativa: Técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de Teoria Fundamentada**. Porto Alegre: Artme. 2008.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2012, Cebela/FLACSO Brasil. Dados do Mapa da Violência 2012 e Mapa da Violência 2012 - Atualização: Homicídios de mulheres no Brasil**, disponíveis em <http://mapadaviolencia.org.br/>. Consulta em 10/12/2014.